

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO – INTRODUÇÃO	19
1.1 Fontes do Direito do Trabalho	19
1.1.1 Classificação	19
1.1.2 Hierarquia entre as fontes justralhistas	21
1.2 Princípios do direito do trabalho	22
1.2.1 Princípio da proteção	23
1.2.2 Princípio da irrenunciabilidade de direitos	25
1.2.3 Princípio da continuidade da relação de emprego	26
1.2.4 Princípio da primazia da realidade	27
1.2.5 Princípio da inalterabilidade contratual lesiva	27
1.2.6 Princípio da intangibilidade salarial	27
1.3 Relação de trabalho e relação de emprego – Diferenciação	28
1.3.1 Relação de trabalho autônomo	29
1.3.2 Relação de trabalho avulso	29
1.3.3 Relação de trabalho eventual	30
1.3.4 Relação de trabalho institucional	30
1.3.5 Relação de trabalho – Estágio	30
1.3.6 Relação de trabalho – Trabalho voluntário	32
1.3.7 Salão parceiro – Profissional parceiro	32
1.3.8 Pejotização, trabalhador autônomo, contratos civis/comerciais e plataformas digitais	35
1.4 Requisitos Caracterizadores da Relação de Emprego	36
1.4.1 Trabalho por pessoa física	36
1.4.2 Pessoalidade	36
1.4.3 Não eventualidade	37
1.4.4 Onerosidade	37
1.4.5 Subordinação	37
1.5 Questões	38

CAPÍTULO 2 – CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	41
2.1 Conceito de contrato individual de trabalho.....	41
2.2 Sujeitos do contrato de trabalho	42
2.2.1 Empregado.....	42
2.2.1.1 Conceito	42
2.2.1.2 Trabalho em domicílio e o teletrabalho.....	42
2.2.1.3 Empregado – Outras espécies.....	44
2.2.2 Empregador	53
2.2.2.1 Conceito	53
2.2.2.2 Grupo econômico	54
2.3 Sucessão de empregadores	55
2.3.1 Conceito	55
2.3.1.1 Dono da obra.....	58
2.3.1.2 Contratos de subempreitada.....	59
2.3.1.3 Empregador – Outras espécies	60
2.4 Características do contrato de trabalho	61
2.5 Classificação dos contratos de trabalho	61
2.5.1 Contrato tácito.....	61
2.5.2 Contrato expresso	62
2.5.3 Contrato escrito.....	62
2.5.4 Contrato verbal.....	62
2.5.5 Contrato por prazo indeterminado.....	62
2.5.6 Contrato por prazo determinado.....	62
2.5.7 Contrato intermitente	62
2.6 Contrato por prazo determinado da CLT.....	65
2.7 Terceirização	67
2.8 Questões	71
CAPÍTULO 3 – ALTERAÇÃO, INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	83
3.1 Alteração bilateral – Regra geral	83
3.2 Alteração unilateral: <i>jus variandi</i> e <i>jus resistentiae</i>	84

3.3	Transferência de empregados.....	84
3.4	Interrupção: conceito e hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.....	87
3.4.1	Conceito	87
3.4.2	Hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.....	87
3.4.3	Férias	91
3.5	Suspensão: conceito e hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.....	96
3.5.1	Conceito	96
3.5.2	Hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.....	96
3.6	Questões	98
CAPÍTULO 4 – REMUNERAÇÃO E SALÁRIO.....		109
4.1	Remuneração – Conceito.....	109
4.2	Gorjeta	109
4.3	Salário.....	110
4.3.1	Conceito	110
4.3.2	Características do salário.....	110
4.3.3	Tipos de salário	111
4.3.3.1	Salário básico.....	111
4.3.3.2	Salário <i>in natura</i>	112
4.3.3.2.1	Observações importantes sobre o salário <i>in natura</i> ...	112
4.3.3.3	Sobressalário	113
4.3.3.4	Salário complessivo.....	114
4.3.4	Defesa do salário	115
4.3.4.1	Defesa do salário em face do empregador	115
4.3.4.2	Defesa dos salários em face dos credores do empregado.....	115
4.3.4.3	Defesa do salário em face dos credores do empregador	115
4.4	Atividades insalubres e perigosas.....	117
4.4.1	Atividades insalubres	117
4.4.2	Atividades perigosas	119
4.5.	NR-1, GRO/PGR e riscos psicossociais no ambiente de trabalho.....	122
4.6.	Equiparação salarial e igualdade salarial entre mulheres e homens	126
4.5.1	Observações	128

4.6	Descontos no salário	129
4.7	Gratificação natalina	130
4.8	Questões	132
CAPÍTULO 5 – JORNADA DE TRABALHO		143
5.1	Jornada diária, semanal e turnos ininterruptos de revezamento	143
5.2	Formas de prorrogação de jornada.....	146
5.3	Tempo de sobreaviso e prontidão	148
5.4	Empregados excluídos do controle de jornada.....	149
5.5	Intervalos inter e intrajornada.....	150
5.5.1	Intervalo interjornadas	150
5.5.2	Intervalo intrajornada	151
5.6	Variações de horário	153
5.7	Trabalho em regime de tempo parcial.....	155
5.8	Trabalho noturno	156
5.9	Repouso semanal remunerado (RSR) e feriados.....	158
5.10	Jornada do advogado	159
5.11	Aprendiz.....	159
5.12	Jornada do bancário	161
5.13	Registro de ponto	161
5.14	Horas de percurso.....	162
5.15	Relação entre negociação coletiva e jornada de trabalho.....	164
5.16	Professores, Jornada e Tempo à disposição	165
5.17	Questões	165
CAPÍTULO 6 – AVISO PRÉVIO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		177
6.1	Aviso prévio	177
6.1.1	Conceito	177
6.1.2	Prazo do aviso	177
6.1.3	Consequências jurídicas da falta do aviso	178
6.1.4	Redução de horário.....	179
6.1.5	Reconsideração do aviso prévio.....	180

6.1.6	Justa causa no curso do aviso prévio	180
6.1.7	Estabilidade durante o aviso prévio.....	181
6.2	Terminação do contrato de trabalho	181
6.2.1	Dispensa do empregado por justa causa.....	183
6.2.2	Rescisão indireta	188
6.2.3	Culpa recíproca.....	189
6.2.4	Força maior	189
6.2.5	Fato do príncipe ou <i>factum principis</i>	190
6.2.6	Dispensa discriminatória.....	190
6.2.7	Extinção do contrato por morte do empregado.....	190
6.2.8	Extinção do contrato por tempo determinado	190
6.2.9	Distrato	191
6.3	Homologação das verbas trabalhistas	192
6.4	Homologação de acordo extrajudicial.....	194
6.5	Quitação anual das obrigações trabalhistas	195
6.6	Contratação pela administração pública sem concurso público	196
6.7	Questões	197
CAPÍTULO 7 – ESTABILIDADE E FGTS.....		211
7.1	Indenização e Estabilidade Decenal da CLT e Instituição do Regime do FGTS	211
7.2	Hipóteses de Estabilidade Provisória.....	216
7.2.1	Dirigente sindical	216
7.2.2	Empregados eleitos membros da CIPA.....	218
7.2.3	Gestante	221
7.2.4	Empregado que gozou de auxílio-doença acidentário	223
7.2.5	Empregados eleitos membros do conselho curador do FGTS.....	224
7.2.6	Empregados membros do CNPS.....	224
7.2.7	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	225
7.2.8	Empregados eleitos membros de comissão de conciliação prévia.....	225
7.2.9	Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores	225

7.2.10	Empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda	225
7.2.11	Programa especial de suporte a empregos.....	226
7.3	Ajuizamento de Reclamação Trabalhista	227
7.4	Questões	227
CAPÍTULO 8	– PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER.....	235
8.1	Noções Gerais.....	235
8.2	Saúde mental, prevenção ao assédio e certificado empresa promotora da saúde mental.....	241
8.3.	Questões	243
CAPÍTULO 9	– DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	245
9.1	Conceito	245
9.2	Organização Sindical.....	245
9.2.1	Conceito.....	245
9.2.2	Princípios da liberdade associativa e sindical e da autonomia sindical.....	246
9.2.2.1	Princípio da liberdade sindical.....	246
9.2.2.2	Princípio da autonomia sindical	246
9.2.3	Categoria econômica, profissional e diferenciada.....	247
9.2.4	Sindicato, federação, confederação e centrais sindicais.....	248
9.2.5	Unicidade sindical	249
9.2.6	Contribuições sindicais e contribuição assistencial após o Tema 935 do STF.....	249
9.3	Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho	252
9.3.1	Conceito e sujeitos	252
9.3.2	Requisitos de validade e formalidades	256
9.3.3	Tema 1046 do STF e adequação setorial negociada	258
9.4	Greve	263
9.4.1	Conceito.....	263
9.4.2	Peculiaridades.....	263
9.4.3	<i>Lockout</i>	265

9.5	Dissídio coletivo	266
9.5.1	Conceito	266
9.5.2	Poder normativo	266
9.5.3	Cabimento.....	267
9.5.4	Classificação.....	268
9.5.5	Partes e iniciativa	268
9.5.6	Competência de julgamento.....	270
9.5.7	Procedimento.....	270
9.5.8	Sentença normativa.....	272
9.5.9	Ação de cumprimento	275
9.6	Mediação e arbitragem.....	276
9.7	Questões	278
CAPÍTULO 10 – CONCEITO, AUTONOMIA, FONTES, PRINCÍPIOS E FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS		283
10.1	Conceito	283
10.2	Autonomia do Direito Processual do Trabalho	283
10.3	Fontes do Direito Processual do Trabalho.....	284
10.4	Princípios do Direito Processual do Trabalho	286
10.4.1	Função dos princípios	287
10.4.2	Princípios gerais do direito com destaque no Processo do Trabalho e princípios do Processo do Trabalho	287
10.4.2.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	287
10.4.2.2	Princípio da inércia ou dispositivo ou da demanda	287
10.4.2.3	Princípio do impulso oficial ou inquisitivo.....	288
10.4.2.4	Princípio do <i>jus postulandi</i>	288
10.4.2.5	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias no Processo do Trabalho.....	288
10.4.2.6	Princípio da proteção ou da tutela	289
10.4.2.7	Princípio da oralidade.....	290
10.4.2.8	Princípio da conciliação	290
10.4.2.9	Princípio da imediatidade ou da imediação.....	290
10.4.2.10	Princípio da busca da verdade real	291

10.4.2.11	Princípio da normatização coletiva	291
10.4.2.12	Princípio da extrapetição	291
10.5	Formas de Solução dos Conflitos Trabalhistas	292
10.5.1	Autocomposição	292
10.5.2	Autodefesa	293
10.5.3	Heterocomposição	293
10.6	Questões	293
CAPÍTULO 11	– JUSTIÇA DO TRABALHO	295
11.1	Organização da Justiça do Trabalho	295
11.1.1	Tribunal Superior do Trabalho – TST	296
11.1.2	Tribunal Regional do Trabalho – TRT	297
11.1.3	Juiz do Trabalho	299
11.1.4	Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho	300
11.1.5	Dos distribuidores	301
11.2	Ministério Público do Trabalho	301
CAPÍTULO 12	– COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	305
12.1	Competência	305
12.2	Competência Material e em Razão da Pessoa	305
12.3	Competência em Razão da Função	314
12.4	Competência Territorial	314
12.5	Competência em Razão do Valor	316
12.6	Competência Internacional	316
12.7	Conflito de Competência	317
12.8	Questões	319
CAPÍTULO 13	– PARTES E PROCURADORES	323
13.1	Conceito	323
13.2	Capacidade	323
13.2.1	Capacidade de ser parte	323
13.2.2	Capacidade processual	323

13.2.3	Capacidade postulatória	324
13.3	Representação e Assistência.....	324
13.4	<i>Jus postulandi</i>	326
13.5	Sucessão Processual	327
13.5.1	Conceito	327
13.5.2	Hipóteses	327
13.6	Substituição Processual	328
13.6.1	Conceito	328
13.6.2	Cooperativa como substituta processual	328
13.6.3	Sindicato como substituto processual	329
13.6.4	Rol de substituídos.....	329
13.6.5	Interrupção da prescrição.....	329
13.6.6	Substituição processual pelo sindicato na ação rescisória	330
13.7	Litisconsórcio.....	330
13.7.1	Conceito	330
13.7.2	Classificação do litisconsórcio.....	330
13.7.3	Litisconsórcio na CLT	331
13.7.4	Prazo para litisconsortes com procuradores diferentes.....	332
13.8	Procuração.....	332
13.9	Honorários Advocatícios	334
13.10	Justiça Gratuita	338
13.10.1	Beneficiários da Justiça Gratuita	338
13.10.2	Abrangência do benefício da gratuidade da justiça	341
13.10.2.1	Honorários periciais e advocatícios abrangidos pela justiça gratuita	343
13.10.3	Não Extensão do Benefício da Gratuidade da Justiça	343
13.10.4	Modulação da Concessão dos Benefícios	344
13.10.5	Requerimento da Gratuidade da Justiça.....	345
13.10.6	Impugnação ao Pedido de Gratuidade da Justiça.....	346
13.10.7	Recurso	347
13.11	Assistência judiciária.....	347
13.12	Deveres das Partes.....	349

13.13 Litigância de Má-Fé.....	349
13.14 Questões.....	351
CAPÍTULO 14 – NULIDADES.....	355
14.1 Conceito e Classificação.....	355
14.2 Princípios.....	356
14.3 Questão.....	357
CAPÍTULO 15 – ATOS, PRAZOS E TERMOS PROCESSUAIS.....	359
15.1 Atos Processuais.....	359
15.1.1 Considerações Gerais.....	359
15.1.2 Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho.....	359
15.1.3 Informatização do processo judicial.....	360
15.1.3.1 Do acesso.....	361
15.1.3.2 Da disponibilidade do sistema.....	362
15.1.3.3 Petições e documentos.....	364
15.1.3.4 Atos processuais.....	365
15.1.3.5 Contagem dos prazos processuais.....	366
15.1.4 Comunicação dos atos processuais.....	367
15.2 Termos Processuais.....	368
15.3 Prazos Processuais.....	369
15.3.1 Classificação dos prazos.....	369
15.3.2 Início e contagem dos prazos processuais.....	369
15.3.3 Principais prazos trabalhistas.....	374
15.4 Questões.....	375
CAPÍTULO 16 – AÇÃO TRABALHISTA.....	377
16.1 Conceito de Ação.....	377
16.2 Procedimentos no Processo do Trabalho.....	377
16.2.1 Procedimento sumário.....	378
16.2.2 Procedimento sumaríssimo.....	379
16.2.3 Procedimento ordinário.....	380

16.3 Comissão de Conciliação Prévia	381
16.4 Questões	382
CAPÍTULO 17 – PETIÇÃO INICIAL	385
17.1 Reclamação trabalhista verbal e escrita	385
17.2 Aditamento da petição inicial	388
17.3 Emenda e indeferimento da Petição Inicial.....	389
17.4 Desistência da Ação	391
17.5 Questões	391
CAPÍTULO 18 – AUDIÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	395
18.1 Considerações gerais.....	395
18.2 Trâmite da audiência	396
18.3 Comparecimento das partes em audiência	397
18.4 Consequências do não comparecimento das partes em audiência	398
18.5 Questões	400
CAPÍTULO 19 – CONCILIAÇÃO	407
19.1 Conciliação nos dissídios individuais e coletivos	407
19.2. Homologação de acordo extrajudicial, limites da quitação e controle judicial	408
19.3 Questões	411
CAPÍTULO 20 – RESPOSTAS DO RÉU	413
20.1 Espécies de Respostas do Réu.....	413
20.2 Exceções.....	413
20.2.1 Exceção de incompetência.....	414
20.2.2 Exceção de suspeição e impedimento.....	416
20.3 Contestação.....	420
20.3.1 Prescrição.....	423
20.3.2 Compensação e Retenção	430
20.4 Reconvenção	432
20.5 Impugnação ao Valor da Causa	433
20.6 Questões	434

CAPÍTULO 21 – PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO	437
21.1 Fase Probatória	437
21.2 Ônus da Prova	437
21.2.1. Ônus da prova em pejetização, trabalho autônomo e plataformas digitais	442
21.3 Meios de Prova.....	444
21.3.1 Depoimento pessoal e interrogatório.....	444
21.3.2 Prova testemunhal	446
21.3.3 Prova documental	448
21.3.4 Prova pericial.....	449
21.3.5 Inspeção judicial	451
21.4 Prova Emprestada.....	451
21.5 Ata Notarial	452
21.6 Questões	452
 CAPÍTULO 22 – SENTENÇA E COISA JULGADA.....	 463
22.1 Conceito e Características.....	463
22.2 Publicação da sentença	465
22.3 Sentença de improcedência liminar do pedido	465
22.4 Julgamento antecipado parcial do mérito	466
22.5 Coisa Julgada.....	467
 CAPÍTULO 23 – RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	 469
23.1 Conceito	469
23.2 Princípios dos Recursos no Processo do Trabalho	469
23.3 Características Gerais dos Recursos	469
23.4 Efeitos dos Recursos	471
23.4.1 Devolutivo	471
23.4.2 Suspensivo	472
23.4.3 Translativo	472
23.4.4 Substitutivo.....	472
23.4.5 Extensivo.....	473

23.4.6 Regressivo.....	473
23.5 Pressupostos de Admissibilidade	474
23.6 Recursos em Espécie.....	483
23.6.1 Recurso ordinário.....	483
23.6.2 Recurso de revista.....	488
23.6.2.1 Natureza	488
23.6.2.2 Hipóteses de cabimento	488
23.6.2.3 Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista....	489
23.6.2.4 Prequestionamento	491
23.6.2.5 Transcendência.....	492
23.6.3 Embargos ao TST.....	494
23.6.4 Agravo de instrumento.....	496
23.6.5 Embargos de declaração.....	498
23.6.6 Agravo de petição	500
23.6.7 Agravo interno e agravo regimental.....	500
23.7 Questões.....	503
CAPÍTULO 24 – EXECUÇÃO	519
24.1 Títulos Executivos Trabalhistas Judiciais e Extrajudiciais.....	519
24.2 Execução Provisória e Definitiva.....	520
24.3 Liquidação.....	520
24.4 Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente	526
24.5 Execução de Prestações Sucessivas	532
24.6 Execução contra a Fazenda Pública	532
24.7 Embargos de Terceiros.....	533
24.8 Exceção de Pré-executividade	534
24.9 Atos de Encerramento da Execução	534
24.10 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	537
24.11 Questões.....	539
CAPÍTULO 25 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO	551
25.1 Ação Rescisória	551

25.2	Mandado de Segurança	553
25.3	Ação de Consignação em Pagamento	555
25.4	Ação Civil Pública	556
25.5	Ação de Cumprimento.....	557
25.6	Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave.....	558
25.7	Tutelas de Urgência e Evidência	559
25.7.1	Tutela de urgência antecipada	560
25.7.2	Tutela de urgência cautelar	560
25.7.3	Tutela de Evidência	561
25.8	Questões	562
CAPÍTULO 26 – DISSÍDIO COLETIVO		567
26.1	Dissídio Coletivo.....	567
26.2	Questões	572
CAPÍTULO 27 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO		575
27.1	Introdução.....	575
27.2	Missões da LGPD	576
27.3	Fundamentos	577
27.4	Princípios	577
27.5	Destinatário da LGPD	579
27.6	A quem a LGPD não se aplica	579
27.7	LGPD nas relações de trabalho	580
27.7.1	Exemplos práticos de tratamento de dados pessoais nas relações de trabalho	591
CAPÍTULO 28 – GABARITOS.....		593